Prefácio

Ana Elizabete Mota

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOTA, AE. Prefácio. In DAVI, J., MARTINIANO, C., and PATRIOTA, LM., orgs. *Seguridade social e saúde: tendências e desafios* [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 9-13. ISBN 978-85-7879-193-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Prefácio

É oportuna a publicação deste livro que é composto por nove ensaios de autores e autoras que participam do Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Social (GEAPS) e do Grupo de Estudo em Práticas Sociais (NUPEPS), vinculados à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Os textos são resultados de estudos e pesquisas realizadas por docentes da área do Serviço Social e de áreas afins, sendo que alguns em co-autoria com profissionais e estudantes vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC da UEPB).

Embora a Coletânea aborde as tendências da política social brasileira, recortando o impacto da atual crise capitalista sobre a mesma, predominam reflexões sobre o tema saúde, seja para discutir questões relacionadas ao financiamento, à reforma sanitária ou, ainda, assuntos específicos como o Programa Saúde da Família, o trabalho na saúde, o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde em relação à DST/AIDS e outros correlatos, como a atenção aos deficientes desde a perspectiva das iniciativas da sociedade civil e as mudanças nos rumos do movimento que marcou a reforma sanitária brasileira, desde os anos 1980.

Elo comum entre grande parte das pesquisas é o universo empírico – a realidade de Campina Grande-PB, no Nordeste brasileiro – demonstrando o empenho e a direção adotada pelos pesquisadores em investigar a realidade na qual está inserida a Universidade. Este, aliás, é um propósito que dota a Coletânea de grande valor, principalmente por fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade, papel que deve ser perseguido no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Não é demais ressaltar que um dos objetivos do processo de regionalização e interiorização do ensino superior no Brasil é ampliar o acesso e reduzir as assimetrias regionais na produção de conhecimentos. No caso da UEPB, fruto deste processo desde a década de sessenta, pode-se afirmar que a sua trajetória foi e é marcada pelo empenho em contribuir para o desenvolvimento educacional e sócio-cultural da Região Nordeste.

Nesses termos, a área do Serviço Social da UEPB é herdeira desta cultura e dá provas do seu empenho em articular o ensino e a pesquisa acadêmica através dos seus grupos de pesquisa de que são exemplos o GEAPS e o NUPEPS, cujas pesquisas, como a própria denominação indica, tratam de temas da maior relevância para a área do Serviço Social e áreas afins, expondo os dilemas da política social, em especial a da saúde, num período de crise e desmonte de direitos sociais.

As questões tratadas nos diversos ensaios e artigos que compõem essa Coletânea invocam o ambiente sócio-político dos anos 1990 e 2000, marcados pela crise capitalista, pela reforma do Estado e pelas tendências regressivas das políticas sociais. Ao discorrer sobre estas tendências, fazem reflexões críticas sobre os determinantes gerais deste processo, destacando o peso da lógica econômica sobre a formulação e execução das políticas sociais que, segundo um dos textos, imprime uma racionalidade baseada no que denominam de “lógica contábil” em detrimento da universalização do acesso às políticas.

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sócio-reguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao predomínio de políticas compensatórias. A estes se juntam os processos de privatização, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais como os de saúde, previdência, educação, amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e da retração da intervenção social do Estado. Neste ambiente a Coletânea critica o escopo das políticas de Seguridade Social para destacar suas tendências e contradições, além de discorrer sobre o papel do fundo público e as diretrizes atuais do seu financiamento, em especial no âmbito da política de saúde.

Como afirmado em um dos ensaios, embora, desde a Constituição de 1988, a seguridade social seja compreendida como um conjunto articulado de políticas no âmbito da saúde, da previdência e da assistência sociais, ela não vem sendo implementada como tal e avizinha-se, tendencialmente, a desarticulação e fragmentação dessas políticas, comprometendo o exercício dos direitos e a responsabilidade pública do Estado.

É bem verdade que o discurso governamental desta década prima por referir-se à questão social, anunciando e divulgando números e iniciativas que para qualquer desavisado e fiel ouvindo e leitor da mídia oficial, seriam indicativos das prioridades sociais destes governos – desde FHC até Lula. Mas não é isso que mostram as pesquisas aqui publicadas. A rigor, a única política social em expansão é a de Assistência Social, carreada pelo principal programa de transferência de renda que é o *Bolsa Família*. No âmbito da previdência e da saúde o que se assiste é um processo de modernização gerencial e racionalização financeira, cujos propósitos são adequar as crescentes demandas por seguridade social da população aos poucos recursos e serviços existentes e, mesmo assim, onerando cada vez mais os

próprios trabalhadores, através de uma política tributária que penaliza aqueles que mais precisam dos serviços públicos.

O desenvolvimento deste processo passa pela contra-reforma do Estado e por uma verdadeira engenharia fiscal e orçamentária, cujo ônus político recai sobre os estados e municípios da federação. Pródigo no aumento de impostos e contribuições sociais, o governo Federal demonstra avareza ao aumentar a receita central da União através da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Nestes termos, a prioridade desses governos, hoje dependentes da venda de títulos públicos e reféns do aumento da dívida pública, tem sido resguardar o *superávit* primário às custas da não expansão dos serviços ou da sua expansão precarizada.

Em contrapartida, alimenta a ideologia da descentralização e democratização, posto que os orçamentos das políticas não acompanham, na mesma proporção, o crescimento das necessidades da população trabalhadora, carente de renda, emprego e trabalho protegido. O faz mantendo os estatutos formais da democratização – as Conferências e os Conselhos de políticas – sem que implemente as decisões e deliberações ou, quando o faz, saca a estratégia *transformista*, imprimindo às suas respostas uma direção que atende aos seus interesses, socializando justificativas que expõe a sua racionalidade instrumental, calcada no “*possibilismo*” do equilíbrio orçamentário e fiscal, subordinando as políticas sociais às decisões econômicas.

Fato é que as contradições da modernização capitalista frente ao processo de barbarização da vida social expõem a incapacidade do capitalismo em superar as seqüelas do processo de acumulação, donde os limites das políticas sociais na ordem burguesa, a despeito de possuírem uma clara dimensão civilizatória e de serem produto histórico das lutas sociais dos trabalhadores. Todavia, em períodos de crise e de agravamento da questão social, essas conquistas são ameaçadas pelo corte de gastos públicos e pela introdução de mecanismos de gerenciamento que terminam por subtrair a qualidade e a oferta de serviços.

No leito dessas questões, aqui sumariamente apontadas, esta Coletânea ganha importância, trazendo elementos adicionais às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre o tema, no âmbito do Serviço Social, por Ivanete Boschetti, Elaine Behring e Maria Inês Bravo, dentre outras, cujos estudos sobre o financiamento e as tendências das políticas de saúde enriquecem os debates travados pelo conjunto dos textos que compõem este livro.

Por fim, tomo de empréstimo parte de um dos escritos para ressaltar o valor desta publicação como material a ser utilizado no âmbito da formação e exercício profissionais na área do Serviço Social e de áreas afins, posto que o atual contexto das políticas sócias, nele incluído os mecanismos de financiamento e as múltiplas armadilhas ideopolíticas que derruem a Seguridade Social, desafiam as instâncias de formação acadêmica e técnica a realizarem a sua função primeira: o conhecimento crítico da realidade social brasileira.

Recife-PE,
Ana Elizabete Mota